Que seja revista a matriz curricular de modo a aumentar a carga horária mínima atribuída às componentes de formação Sociocultural e Científica e a reduzir essa carga para as duas restantes componentes.

Que seja aferido o grau de dificuldades sentidas pelas escolas secundárias para estabelecerem protocolos com as empresas, com vista à frequência de estágios profissionais por parte dos seus alunos.

Que seja avaliada a capacidade de absorção pelo tecido empresarial dos formados pelo Ensino Dual, adotado já por mais de 40 % da população estudantil que frequenta o ensino secundário.

Que sejam estabelecidas as regras de financiamento do Sistema de Ensino Dual, nas suas várias componentes, a fim de assegurar um tratamento equitativo entre os jovens que escolhem esta forma de ensino, e os que prosseguem os seus estudos secundários no sistema de ensino regular.

Que sejam feitas avaliações regulares, que permitam monitorizar os efeitos da aplicação das medidas propostas e tomar as ações corretivas que se imponham, nomeadamente a introdução de novos princípios orientadores que é preconizada no n.º 1 do artigo 2.º

Que a aplicação do Projeto de Diploma seja feita de forma gradual, respeitando e preservando as boas práticas e os recursos das formações existentes neste sistema de ensino.

50 — Em conclusão, o Conselho Nacional de Educação espera que se promova uma reflexão alargada sobre a matéria constante do Projeto de Diploma, e que o mesmo tenha em conta as questões de fundo e as recomendações referenciadas no seu Parecer. Na elaboração do Diploma e da Portaria contamos que sejam ponderadas e incorporadas estas propostas de modo a que o Sistema Educativo Nacional disponha de instrumentos legais válidos, que fomentem uma melhoria do sistema de Ensino Dual, através de uma verdadeira articulação entre os seus agentes (as Escolas, os Centros de Formação e as Empresas), contribuindo assim para a valorização de uma parte importante da população, que pode ter reflexos importantes no aumento da escolaridade e na melhoria sistema económico nacional.

(¹) Sobre a proposta de PDL.

O relatório técnico sobre esta temática segue em anexo e encontra-se disponível no site do CNE (www.cnedu.pt).

5 de junho de 2014. — O Presidente, *José David Gomes Justino*.

Declaração de voto

Após análise, sistémica e integrada, da proposta em causa, atendendo ao contexto estrutural do Projeto de Diploma (PDL) apresentado pelo governo e que institui o Ensino e Formação Profissional Dual de nível secundário, considerando as antecedentes propostas normativas já concretizadas ao nível do ensino básico (nomeadamente o Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho e a Portaria 292-A/2012, de 26 de Setembro) e as propostas em curso para o estabelecimento de oferta formativa de natureza profissional para o ensino superior, decidi abster-me na votação do presente Projeto de Parecer, atendendo aos seguintes aspetos, que considero não estarem devidamente contemplados no respetivo conteúdo:

1 — Sistémica e estruturalmente, o PDL em apreciação — representando, na minha opinião, um importante segmento de formação numa ‘fileira estrutural’ do sistema educativo que se inicia no 2.º Ciclo do Ensino Básico (cf. Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de Julho e Portaria 292-A/2012, de 26 de Setembro) — caracteriza-se por ser um percurso de aprendizagem potencialmente desqualificado e desqualificador de quem o percorrer, atendendo à sua menor duração (pode ser apenas de 2 anos), à evidente redução da importância das componentes científicas e culturais e aos menores níveis de exigência avaliativa existentes, quando comparado com outros percursos formativos que conduzem ao mesmo nível de certificação. Na realidade, é possível, com a ‘arquitetura formativa’ proposta, a conclusão da escolaridade obrigatória — através desta ‘fileira estrutural’ — concretizando um percurso de formação com uma duração inferior a 12 anos de aprendizagem formal e com um nível de conhecimentos e competências inferior ao exigido por outros percursos com equivalente certificação. Esta realidade potencial pode induzir a um indesejável efeito de desqualificação e, conseqüente desvalorização, dos percursos de educação e formação de perfil vocacional, o que é, exatamente, o inverso do que deve ser a finalidade deste tipo de oferta educativa e formativa. Este efeito terá, naturalmente, as, indesejáveis mas naturais, réplicas de âmbito social e profissional e um efeito inverso do desejável, na economia e no modelo de desenvolvimento do país;

2 — Atendendo ao exposto anteriormente, entendo que deve ocorrer um processo de avaliação da realidade existente, nesta dimensão dos percursos educativos e formativos de natureza vocacional (como é referido nos pontos 5, 6 e 7 do Projeto de Parecer) e, em função dos resultados desse exercício, avaliar as vantagens e os modos de inserção do tipo de oferta proposta pelo PDL, bem como a sua articulação curricular, vertical e horizontal, com outras ofertas existentes no sistema. — *José Carlos Bravo Nico*.

207895585

Direção-Geral do Ensino Superior

Aviso n.º 7382/2014

Nos termos do n.º 4 do artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março, torna-se pública a composição da comissão de acompanhamento dos cursos técnicos superiores profissionais criada pelo n.º 1 da mesma norma legal:

- a) Diretor-geral do Ensino Superior, que coordena;
- b) Representante da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, Dr. Jacinto Jorge Carvalhal;
- c) Representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P., Prof. Doutor Gonçalo Xufre Gonçalves da Silva;
- d) Representante da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado, Prof. Doutor Manuel José Carvalho de Almeida Damásio;
- e) Representante do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos: Prof. Doutor Constantino Mendes Rei;
- f) Representante do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Prof.ª Doutora Maria Gabriela Figueiredo de Castro Schütz;
- g) Representante da Direção-Geral da Educação, Dr.ª Maria José Bruno Esteves;
- h) Representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., Dr.ª Ana Paula Filipe.

Este aviso substitui o Aviso n.º 6138/2014 (2.ª série), de 16 de maio.

17 de junho de 2014. — O Diretor-Geral do Ensino Superior, *Prof. Doutor Vítor Manuel Mendes Magriço*.

207897083

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete do Secretário de Estado do Emprego

Despacho n.º 8220/2014

O Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio, inscreve-se num quadro de política que visa promover o aumento das aptidões e qualificações dos portugueses, dignificar o ensino e potenciar a criação de novas oportunidades, impulsionando o crescimento sociocultural e económico do País, ao possibilitar uma oferta de recursos humanos qualificados geradores de uma maior competitividade.

Considerando a necessidade de conciliar a vertente do conhecimento, através do ensino e da formação, com a componente da inserção profissional qualificada, os Cursos de Especialização Tecnológica (CET) visam alargar a oferta de formação ao longo da vida;

Considerando que a decisão de criação e entrada em funcionamento de um CET, nas entidades acreditadas pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, é da competência do Ministro da Tutela, podendo ser delegada, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio;

Considerando, ainda, que nos termos do artigo 42.º do aludido diploma, o pedido foi instruído e analisado pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P., designado, nos termos do artigo 41.º do mesmo diploma, como Serviço Instrutor, pelo Despacho n.º 20 051/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de outubro de 2006;

Considerando, por último, que foi ouvida a Comissão Técnica para a Formação Tecnológica Pós-Secundária, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 88/2006, de 23 de maio;